

Florianópolis, 20 de julho de 2012

Excelentíssima Senhora Ministra do TSE Carmem Lúcia:

Nós, servidores do Poder Judiciário Federal, estamos há quatro anos lutando para que o nosso Plano de Cargos e Salários (PCS), consolidado no PL 6613/09, seja aprovado no Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República. Nesse sentido, é grave a situação de submissão do Poder Judiciário em relação ao Poder Executivo, que tem lançado mão de manobras para não aprovar o reajuste de vencimentos dos servidores. No final de 2010 o então presidente Lula e os presidentes do STF e do TSE divulgaram um acordo que previa a aprovação do PL 6613/09, prevendo inclusive as datas de implementação. A partir de 2011 o Executivo passou a tratar do assunto como se fosse o início do processo, com a aceitação passiva por parte do STF, cujo presidente passou a conversar com ministros e secretários de segundo e terceiro escalões sem poder de decisão. A aceitação desse quadro já chegou ao limite do tolerável em uma República democrática, que tem a separação dos poderes como princípio basilar. Os reflexos históricos desta postura de submissão vão além da deterioração dos quadros do Poder Judiciário Federal, por isso reivindicamos que a Excelentíssima Senhora Ministra e seus pares tomem uma atitude junto ao Poder Executivo para que respeite a autonomia do Poder Judiciário.

Nome	Matrícula	Assinatura	Local
1.			TRESC
2.			TRESC
3.			TRESC
4.			TRESC
5.			TRESC
6.			TRESC
7.			TRESC
8.			TRESC
9.			TRESC
10.			TRESC
11.			TRESC
12.			TRESC
13.			TRESC
14.			TRESC
15.			TRESC
16.			TRESC
17.			TRESC
18.			TRESC
19.			TRESC
20.			TRESC
21.			TRESC
22.			TRESC
23.			TRESC
24.			TRESC
25.			TRESC

SINTRAJUSC - SINDICATO DE LUTA